

GUIA INFORMATIVO

ALESSA CAMPOS LEMPP

WELISSON MARQUES

O Núcleo de Práticas Jurídicas no papel de incentivador do Trabalho como Princípio Educativo

Sugestões para aproveitamento e aprimoramento nos cursos de Direito

UBERABA

2025



PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO

**ALESSA CAMPOS LEMPP
WELISSON MARQUES**

GUIA INFORMATIVO

**O Núcleo de Práticas Jurídicas no papel de
incentivador do Trabalho como Princípio
Educativo: Sugestões para aproveitamento
e aprimoramento nos cursos de Direito.**

Produto Técnico Tecnológico elaborado pela mestranda ALESSA Campos Lempp, sob orientação do Prof. Dr. Welisson Marques, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro Campus Uberaba.

Uberaba/MG

2025

SUMÁRIO

- Ficha Descritiva - Produto Técnico Tecnológico..... 3
- Apresentação..... 4

Conhecendo o Núcleo de Práticas Jurídicas

- Conhecendo o Núcleo de práticas jurídicas (NPJ)..... 5
- Atividades realizadas no NPJ..... 6
- Conceitos trabalhados no NPJ..... 6
- NPJ lócus da pesquisa.....6

Fundamentos Educacionais

- O Trabalho como princípio educativo: Uma consequência do estágio obrigatório..... 7

Pesquisa e Análise

- Metodologia da Pesquisa..... 8
- Resultados da Pesquisa..... 8

Propostas de Aproveitamento e Aprimoramento

- Críticas / Sugestões 9
- Recomendações Curriculares 9
- Recomendações Metodológicas 10
- Recomendações para Inserção 11
- Top 04 Sugestões 12

Encerramento

- Conclusão..... 13
- Referências..... 14

FICHA DESCRITIVA

Produto Técnico Tecnológico	O Núcleo de Práticas Jurídicas no papel de incentivador do Trabalho como Princípio Educativo: Sugestões para aproveitamento e aprimoramento nos cursos de Direito.
Tipo de Produto	Guia Informativo
Área do Conhecimento	Educação
Bases Conceituais	<ul style="list-style-type: none">- Trabalho como princípio Educativo;- <i>Práxis</i>;- Estágio obrigatório;- Formação integral;
Público-Alvo	Gestores e Educadores na área do Direito
Finalidade	Auxiliar gestores e educadores do cursos de Direito, no aprimoramento e em melhor aproveitamento de seu estágio obrigatório através dos Núcleos de Práticas Jurídicas.
Disponibilidade	Irrestrita, preservando os direitos autorais, bem como a proibição do uso comercial.
Divulgação	Formato Digital
Instituição Envolvida	Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM Universidade de Uberaba - UNIUBE
Idioma	Português
Cidade	Uberaba - MG
País	Brasil



APRESENTAÇÃO

O presente guia informativo intitulado "O Núcleo de Práticas Jurídicas no papel de incentivador do Trabalho como Princípio Educativo", constitui o produto educacional técnico tecnológico, derivado da dissertação "A Relevância do Trabalho como Princípio Educativo: Um estudo com estagiários do curso do Direito de uma Universidade particular", desenvolvida por Alessa Campos Lempp. Seu propósito é fornecer um panorama detalhado sobre a importância da integração entre teoria e prática na formação integral dos estudantes de Direito, especialmente por meio da atuação prática proporcionada pelo estágio obrigatório no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ).

O guia busca evidenciar como as experiências práticas vivenciadas no NPJ são fundamentais, não apenas para a aquisição de competências técnicas específicas, mas também para o desenvolvimento de habilidades interpessoais, éticas e críticas, indispensáveis à atuação profissional jurídica contemporânea. Baseando-se em resultados concretos extraídos da análise discursiva de entrevistas com estudantes e egressos, este material apresenta sugestões práticas e estruturadas destinadas a gestores, educadores e coordenadores dos cursos de Direito, com o objetivo de aprimorar continuamente as práticas pedagógicas e metodológicas dos estágios obrigatórios.

Desta forma, espera-se que a implementação dessas sugestões proporcione uma valorização significativa das práticas reais nos cursos de Direito, contribuindo para a formação de profissionais mais preparados, conscientes e socialmente responsáveis, capazes de enfrentar os desafios éticos e sociais impostos pelo mundo do trabalho jurídico atual.

CONHECENDO O NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS (NPJ)

O Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) é um espaço acadêmico que viabiliza a articulação entre teoria e prática jurídica, no âmbito do estágio obrigatório. Criado com o objetivo de proporcionar aos alunos do curso de Direito vivências reais e simuladas, atua diretamente na formação profissional e pessoal dos estudantes, preparando-os para desafios futuros no mercado de trabalho.



Com apoio na **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei n. 9.394/96), o Ministério da Educação - pela comissão de especialistas de ensino de Direito (CEED) - elaborou, no ano de 2000, as **diretrizes curriculares do curso de Direito**. Dentre estas, vale destacar a fixação do eixo de formação prática, cuja orientação é pela "integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais eixos, além da implementação, no âmbito da iniciação profissional, das atividades relacionadas ao estágio de prática jurídica".

Para exemplificar o contexto pesquisado, utilizou-se como lócus da pesquisa a Universidade de Uberaba (UNIUBE) que, através do discurso de seus discentes e egressos, obteve a validação de seu Núcleo de Práticas Jurídicas como um verdadeiro formador integral.

1

Atividades realizadas no NPJ:

- Atendimento jurídico gratuito à população hipossuficiente;
- Elaboração e acompanhamento de peças processuais;
- Participação em audiências reais;
- Realização de pesquisas jurisprudenciais e doutrinárias;
- Desenvolvimento de habilidades interpessoais e éticas fundamentais.

2

Conceitos trabalhados no NPJ:

- *Práxis* jurídica;
- Ética e responsabilidade social;
- Competências técnicas e socioemocionais.

À título de complementação sobre o contexto da pesquisa, sugere-se a reportagem transmitida pela TV Integração do dia 08/04/2025, que tratou sobre os atendimentos jurídicos gratuitos realizados pelos alunos do Núcleo de Práticas Jurídicas da UNIUBE.

[Clique aqui](#)



g1 G1



Integração na Universidade: projeto oferece orientação ju...

Núcleo de Práticas Jurídicas é parte da formação de alunos da Uniube e dá acesso ao direito para quem não pode pagar.

O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: UMA CONSEQUÊNCIA DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Integração Teoria - Prática

A pesquisa realizada demonstra claramente que o estágio obrigatório, particularmente no NPJ, constitui uma prática essencial para consolidar os conhecimentos jurídicos teóricos adquiridos nas disciplinas acadêmicas.

Fundamentos Teóricos

Autores como Karl Marx, Paulo Freire, Dermeval Saviani, Piketty e Antônio Gramsci reforçam a importância da integração entre teoria e prática (*práxis*) na formação integral dos estudantes.

Formação Crítica e Consciente

O trabalho, enquanto princípio educativo, permite uma formação crítica e consciente, alinhando teoria com aplicação prática.



METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa foi conduzida com uma abordagem qualitativa utilizando a técnica da Análise do Discurso, em sua perspectiva francesa, aplicada em entrevistas semiestruturadas com estudantes e egressos do curso de Direito que participaram ativamente do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ). As entrevistas seguiram um roteiro pré-estabelecido visando captar percepções detalhadas sobre a experiência prática adquirida durante o estágio obrigatório e, após a conclusão da coleta destes dados e da devida transcrição, seguiu-se aos resultados.

RESULTADOS DA PESQUISA



Essencialidade da experiência prática - Valor pedagógico

100% dos participantes ressaltaram que a experiência prática no NPJ age como um elemento formador que consolida e amplia os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula.



Formação integral

O estágio obrigatório foi unanimemente reconhecido como indispensável para o alcance da formação integral, destacando a importância da práxis jurídica na formação crítica e completa dos futuros profissionais do Direito.



Definição vocacional

A experiência no NPJ foi destacada como fundamental para a definição vocacional e para o desenvolvimento de competências interpessoais (sociais e éticas) e técnicas.



Satisfação Geral

Todos os participantes da pesquisa avaliaram a experiência vivida no NPJ como muito positiva e imprescindível ao acadêmico de Direito.



Habilidades técnicas desenvolvidas

Além das habilidades interpessoais, 100% dos participantes mencionaram a aprendizagem quanto à redação de peças processuais, contagem de prazos, uso dos sistemas informatizados para acesso aos processos eletrônicos, atendimento ao público e trabalho em equipe.



Discursos críticos

7 dos 10 participantes apresentaram alguma dificuldade e/ou desvantagem encontrada no estágio obrigatório e 9 dos 10 participantes apresentaram sugestões para o aprimoramento e melhor aproveitamento do NPJ.

CRÍTICAS / SUGESTÕES

Baseando-se nos resultados da pesquisa, destacam-se algumas críticas e sugestões fundamentais para aprimoramento dos cursos de Direito nos NPJs

RECOMENDAÇÕES CURRICULARES E INSTITUCIONAIS

1) ANTECIPAÇÃO DO CONTATO PRÁTICO: Esta sugestão foi um consenso geral em todos os discursos. Recomendação de iniciar o estágio obrigatório desde os primeiros períodos, oferecendo aos estudantes módulos introdutórios e observacionais desde o 3º período.

JUSTIFICATIVA: Tal antecipação prática foi narrada como essencial para reduzir inseguranças teóricas, proporcionar maior compreensão conceitual e promover uma integração contínua entre teoria e prática. Também houveram discursos no sentido de que, caso ocorresse a antecipação da experiência prática, ocorreria menos desistências e/ou evasões.

2) AMPLIAÇÃO DO ESCOPO TEMÁTICO: As áreas abordadas, na prática, pelo NPJ são restritas ao Direito Civil, Penal e do Trabalho. Sendo assim, surgem algumas críticas e sugestões no sentido de incorporar - na prática - áreas menos abordadas no decorrer do curso, como Direito Tributário e Empresarial.

JUSTIFICATIVA: Assegurar uma formação mais abrangente, em consonância com as demandas contemporâneas do mercado jurídico.

3) ESTRATÉGIAS PARA POTENCIALIZAR AS PRÁTICAS: Recomendou-se implementar estratégias curriculares que articulem explicitamente os conteúdos teóricos ministrados em sala de aula com as atividades práticas realizadas no NPJ. Exemplos: estudos de caso reais semanais, elaboração contínua de peças jurídicas supervisionadas e debates integrativos, etc.

JUSTIFICATIVA: Alcançar uma integração contínua e efetiva entre teoria e prática.

4) FLEXIBILIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS HORÁRIOS: Recomendou-se a ampliação da oferta de horários para realização do estágio obrigatório, incluindo turnos matutinos e opções flexíveis, especialmente destinadas aos estudantes trabalhadores.

JUSTIFICATIVA: Proporcionar igualdade de acesso às experiências práticas e minimizar dificuldades logísticas enfrentadas por parte significativa dos discentes.

5) AÇÕES PARA VALORIZAÇÃO: Promoção de campanhas e ações institucionais que reconheçam e valorizem socialmente o papel desempenhado pelos alunos-estagiários.

JUSTIFICATIVA: Fortalecer o suporte oferecido aos estudantes, garantindo melhores condições para o pleno aproveitamento do estágio e uma formação jurídica mais humanizada e inclusiva.

6) SUPORTE EMOCIONAL E ACONSELHAMENTO: criação de mecanismos institucionais específicos para suporte emocional, ético e profissional dos estudantes durante a trajetória no estágio obrigatório, tais como grupos de discussão orientados por profissionais da psicologia e sessões regulares de orientações éticas profissionais conduzidas por docentes especializados.

JUSTIFICATIVA: Garantir uma formação mais robusta, prática e preparada para enfrentar os



RECOMENDAÇÕES METODOLÓGICAS

1) AUTONOMIA NA ELABORAÇÃO DAS PEÇAS PROCESSUAIS: Recomendou-se a adoção de metodologias que incentivem uma maior autonomia na execução das tarefas pelos estudantes, como a realização individual de peças jurídicas completas, que sejam posteriormente discutidas e revisadas pelos professores-orientadores.

JUSTIFICATIVA: Essa abordagem busca desenvolver a responsabilidade, a autoconfiança e a capacidade de argumentação dos discentes.

2) FEEDBACK DETALHADO: Sugeriu-se a implementação de práticas pedagógicas que garantam uma orientação mais personalizada e contínua por parte dos docentes, assegurando que cada estudante receba um *feedback* detalhado e construtivo sobre sua atuação prática no NPJ.

JUSTIFICATIVA: Essa recomendação visa fortalecer o desenvolvimento técnico, crítico e ético dos futuros profissionais.

3) OFICINAS E DISCUSSÕES: Propõe-se a realização regular de oficinas práticas e discussões em grupos dos diversos procedimentos jurídicos vivenciados na prática, a serem conduzidas pelos docentes do NPJ.

JUSTIFICATIVA: Tais atividades devem ser estruturadas para desenvolver habilidades interpessoais, capacidade de improviso, argumentação jurídica e prática profissional em contextos reais e desafiadores.

RECOMENDAÇÕES PARA INSERÇÃO PROFISSIONAL

1) GESTÃO FINANCEIRA: Recomendou-se a oferta regular de cursos e oficinas focadas em gestão financeira, precificação de serviços jurídicos e elaboração de contratos profissionais.

JUSTIFICATIVA: Esse conhecimento é fundamental para garantir sustentabilidade financeira e profissional.

2) NETWORKING JURÍDICO: Sugeriu-se a criação de programas institucionais de mentoria entre profissionais experientes e recém-formados, além de eventos regulares de *networking* jurídico, que possibilitem aos estudantes ampliar suas redes de contatos e oportunidades profissionais.

JUSTIFICATIVA: Essa sugestão visa amparar a entrada do recém formado no mundo jurídico.

3) PLANEJAMENTO DE CARREIRA: Recomendou-se a implementação de sessões específicas voltadas ao planejamento estratégico de carreira, orientando os estudantes sobre diferentes trajetórias profissionais possíveis e sobre como estabelecer metas realistas e sustentáveis a curto, médio e longo prazo.

JUSTIFICATIVA: Fornecer suporte para que os futuros profissionais possam enfrentar com sucesso as exigências e desafios do mercado jurídico, assegurando uma inserção mais segura e efetiva no ambiente profissional.



TOP 4: SUGESTÕES

De todos os discursos críticos analisados, destaca-se as 04 sugestões mais mencionadas:

Antecipação das práticas jurídicas

Implantação da prática, no NPJ, desde os períodos iniciais do curso, de forma gradual e contínua.

Promoção de empreendedorismo jurídico e networking

Cursos práticos de gestão de escritórios, marketing digital e networking jurídico.



Diversificação das áreas jurídicas no estágio

Inclusão de mais áreas do Direito, como tributário, empresarial e consumerista.

Reformulação metodológica do estágio

Flexibilização dos horários e turnos do estágio obrigatório.

CONCLUSÃO

A pesquisa conclui que o estágio obrigatório desempenha um papel decisivo ao conectar teoria e prática, reforçando a importância do trabalho enquanto princípio educativo. Ficou evidente que essa prática não apenas consolida conhecimentos teóricos, mas também promove um histórico de experiência essencial para enfrentar desafios reais do mercado jurídico.

Ademais, o estágio obrigatório também revelou ser um mecanismo crucial para a identificação vocacional e o desenvolvimento de competências socioemocionais e éticas, que são altamente valorizadas na formação de profissionais qualificados e conscientes.

Assim, aprimorar e expandir as práticas do NPJ representa uma estratégia fundamental para garantir uma formação jurídica completa, crítica e alinhada às necessidades contemporâneas do mundo do Direito.

Espera-se que a circulação desse guia traga uma valorização para a parte de prática real dos cursos de Direito, valorizando não somente a função social existente, mas também a atuação do aluno-estagiário.

Ao implementar as recomendações propostas, espera-se que as instituições consigam consolidar o NPJ não apenas como espaço de prática jurídica obrigatória para a formação do bacharel em Direito, mas também como um ambiente fundamental de desenvolvimento humano e profissional completo, preparando os alunos de Direito para enfrentar com segurança e sucesso as complexas demandas éticas, técnicas e sociais da profissão jurídica contemporânea.



REFERÊNCIAS

- BOYADJIAN, G. H. V. **Núcleos de Prática Jurídica nas Instituições Privadas de Ensino Superior**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares do Curso de Direito**. Brasília, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/dir_dire.pdf. Acesso em: 18 abr. 2025.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, SP: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1996.
- GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- LEMPP, A. C. **A Relevância do Trabalho como Princípio Educativo: Um estudo com estagiários do curso de Direito de uma Universidade particular**. 2025. 249 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) IFTM, Uberaba, 2025.
- LEMPP, A. C. Um caminho para a Pedagogia da Libertação. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 22, n. 1, 2023. p. 386 - 388. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/67354>. Acesso em: 18 abr. 2025.
- MARX, K. **O Capital: crítica da Economia Política**. Livro 1 *adaptado - original de 1967*. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2025.
- PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Poíesis Pedagógica**, Catalão, v. 3, n. 3 e 4, 2006. p. 5 - 24. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/poiesis/article/view/10542>. Acesso em: 18 abr. 2025.
- PIKETTY, T. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, C.J. et al (org.). **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, 2007. p. 152 - 165. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/#>. Acesso em: 18 abr. 2025.